

Endogamia, uma armadilha contra a precariedade

Coordenador científico do Centro de História da Sociedade e da Cultura acredita que universidades portuguesas são “muito fechadas” e tendem a perpetuar uma “escola de pensamento específico”. Luís Neves e José Pedro Paiva defendem que condições de trabalho em Portugal tornam instituições pouco atrativas no mercado internacional e europeu.

- POR LUÍSA RODRIGUES -

O conceito de endogamia académica tem sido definido como o recrutamento ou contratação de docentes doutorados pela mesma Instituição de Ensino Superior que lhes atribuiu o grau. Em 2023, a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência publicou um estudo sobre Indicadores de Endogamia Académica nas Instituições Públicas de Ensino Universitário no ano de 2021/2022. Nesta pesquisa, a Universidade de Coimbra (UC) foi a instituição nacional com a maior percentagem de endogamia, fixada nos 78%. Este valor representa uma diminuição em relação aos 80% registados no ano de 2015. As áreas com os valores mais elevados são as de Medicina, com 99%, e Direito, com 100%.

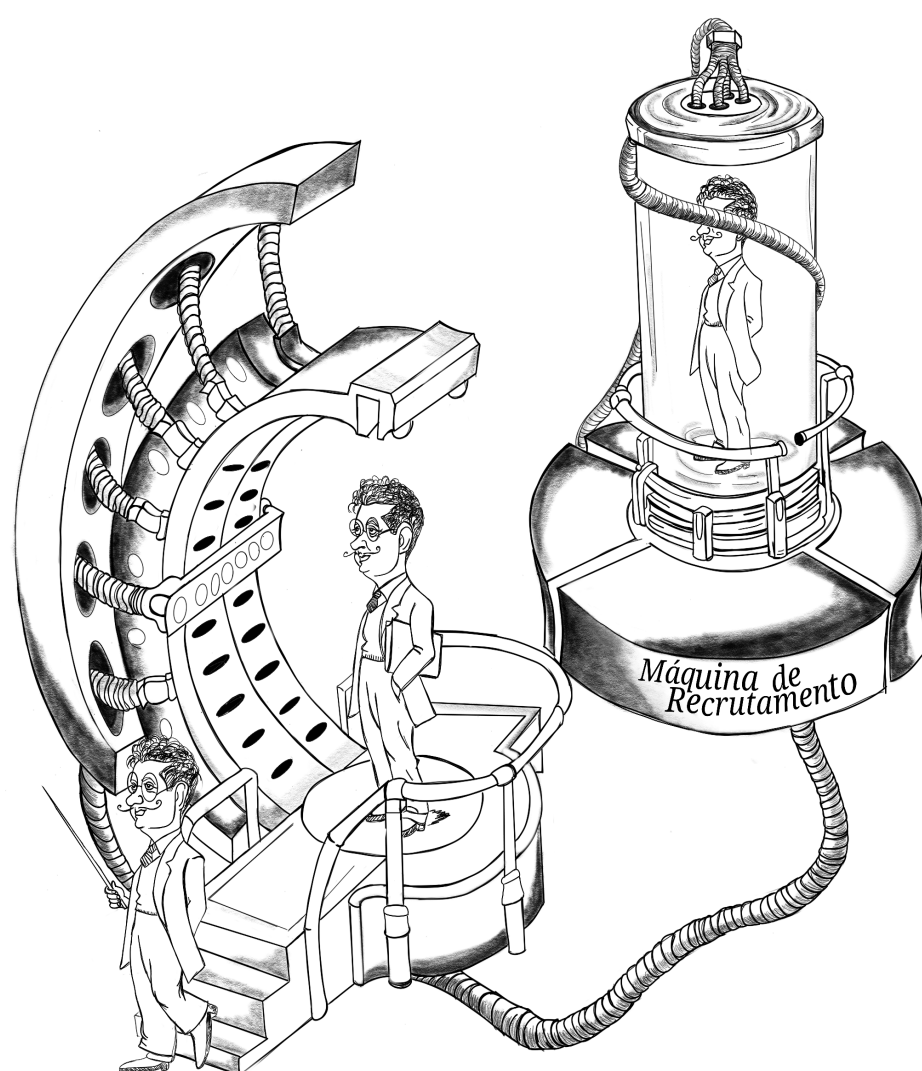
O vice-reitor da UC para os Recursos Humanos, Financeiros e Serviços de Ação Social, Luís Neves, assevera que estas percentagens se relacionam com o histórico de contratações da década de 1980, ao abrigo do antigo Estatuto da Carreira do Docente Universitário. De acordo com o Decreto-Lei nº 448/79, que aprovou esta legislação, os assistentes que obtivessem o doutoramento eram automaticamente promovidos ao cargo de professor auxiliar até que preenchessem os requisitos necessários para participar num concurso para professor associado. Estas regras vigoraram até 2009, até ser aprovado o Decreto-Lei nº 205, que estabeleceu que os professores auxiliares passavam a ser recrutados por concurso. No entanto, até 2014, os docentes contratados pelo regime anterior ainda tinham direito de ser admitidos como professores auxiliares. Nesse contexto, o dirigente sugere que devia existir um estudo focado no período em que “as universidades tiveram a possibilidade de contratar livremente os seus docentes”.

As universidades portuguesas são “muito fechadas” e “tendem a perpetuar uma escola de pensamento específico”, acredita o coordenador científico do Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC, José Pedro Paiva. Por isso, considera essencial que as instituições recrutem investigadores capazes de trazer novas perspetivas. Destaca que as medidas adotadas pelo anterior reitor da UC, João Gabriel Monteiro, “foram importantes para enfrentar sistemas endogâmicos”, uma vez que os concursos para o recru-

tamento de docentes passaram a abranger candidatos internacionais. Acrescenta que também durante este mandato foram instituídos editais transversais a todas as universidades. Segundo o vice-reitor, a existência destas regras impede que os concursos sejam “afeiçoados” para beneficiar um proponente específico.

Tanto José Pedro Paiva quanto Luís Neves defendem que as condições de trabalho em Portugal “tornam as instituições pouco atrativas no mercado internacional e europeu, o que dificulta a rotatividade no recrutamento”. “A remuneração é tão próxima de miserável que ninguém vem da Dinamarca, Holanda, Estados Unidos ou Índia para ser professor em Portugal”, acusa o coordenador científico. Para si, os sistemas endogâmicos são um problema que vai “além da universidade”, já que as instituições portuguesas não conseguem competir com os “grandes centros de investigação internacionais”.

Com o objetivo de reduzir este padrão, em dezembro de 2024, o ministro da Educação, Ciência e Inovação, Fernando Alexandre, propôs que os docentes não possam ser contratados pela instituição onde se doutoraram durante os três anos após a conclusão do grau. O vice-reitor considera que essa medida vai prejudicar sobretudo as universidades mais isoladas, como a UC, tendo em conta que em Lisboa, os candidatos têm a possibilidade de mudar de instituição sem precisar de sair da cidade. Na mesma linha, José Pedro Paiva vê a proposta como “ineficaz”, já que o recrutamento de jovens investigadores demora mais do que um triénio. Além disso, o coordenador científico acredita que o projeto é



um “princípio discriminatório”, uma vez que a contratação deve ser baseada “no mérito individual”. Assim, “se o doutorado em Coimbra for o melhor candidato, deve ser contratado, independentemente da sua formação local”, explicita.

José Pedro Paiva não se mostra otimista quanto à possibilidade de alteração deste cenário. Na perspetiva do coordenador, embora as universidades não possam depender apenas do Governo para investir nos seus projetos, é fundamental que exista um “financiamento robusto” por parte do executivo nacional. Com este apoio, as instituições poderiam contar com mais recursos para “potenciar as suas capacidades” e, assim, tornar-se mais atrativas. Por outro lado, o vice-reitor demonstra menos preocupação com a questão, enquanto aponta que a UC tem obtido sucesso nos seus recrutamentos e tem-se mostrado mais “competitiva”.

Ilustração por Laura Caetano